



GT 008. Antropologia da cidadania

Marcus André de Souza Cardoso, da Silva (PPGEF/UNIFAP) - Coordenador/a, Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília) - Coordenador/a, Lenin dos Santos Pires (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Luiz Eduardo de Lacerda Abreu (Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília) - Debatedor/a, Juliana Gonçalves Melo (Professora adjunta IV da Universidade Federal do Rio Grande do Norte) - Debatedor/a

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre "direitos", "cidadania", "igualdade" e "justiça". Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a "cidadania" como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a "cidadania" é significada por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre "cidadania".

Reivindicações de direitos e arenas anti-racistas no Rio de Janeiro e em Paris.

Autoria: Yolanda Gaffrée Ribeiro

A partir de uma perspectiva comparada e contrastiva, proponho analisar as reivindicações de direitos e por justiça e a confecção de arenas anti-racistas, no Brasil e na França. Parto da etnografia sobre processos de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo, no estado Rio de Janeiro, e acerca das mobilizações de combate à discriminação, em Paris (PDSE/CAPES). Em ambos os contextos, é possível observar a elaboração de uma "questão racial". No primeiro caso, a afirmação da pluralidade de grupos étnico-culturais que compõem a nação acompanha as reivindicações de direitos e processos e políticas de reconhecimento, além de demandas de reparação histórica, principalmente relacionadas à população negra. A conformação de arenas públicas plurais na França contemporânea, acompanha mobilizações de combate à discriminação. Em Paris, os distintos vínculos aportados pelos atores no espaço público sejam eles religiosos, nacionais, étnicos ou raciais colocam à prova a concepção de cidadania republicana, em princípio alheia ao reconhecimento, inclusive do ponto de vista jurídico, de minorias étnico raciais. As arenas em torno do tema "controle de identidade" ou "controle au faciès", dão visibilidade à problemática da abordagem policial, notadamente em relação aos jovens negros e de "origem árabe". As reivindicações de direitos e por justiça envolvem, ainda, mobilizações de combate à discriminação e condições de acesso a habitação e ao emprego, além de usos diferenciados do espaço público. Estão relacionados, por sua vez, às trajetórias e processos migratórios, principalmente de pessoas oriundas das ex-colônias francesas. As associações e coletivos, por sua vez, elaboram repertórios distintos para a reivindicação de direitos e por justiça. Os engajamentos, então,



ora sustentam, ora evitam o acionamento de categorias étnico-raciais, ao elaborar gramáticas de generalização e de acesso universalizável a direitos. No estado do Rio de Janeiro, as reivindicações de direitos e os processos de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo acompanham a elaboração de arenas anti-racistas e a criação de dispositivos jurídicos e procedimentos administrativos, no âmbito de processos de construção de direitos em curso. Em contextos urbanos, os engajamentos em torno de uma luta contra a discriminação e o racismo assumem centralidade, a partir de categorias como ?igualdade? e ?respeito?. Em contextos rurais, tem peso as narrativas históricas em torno de uma memória da escravidão, vinculadas às condições de subalternidade e controle vividas. Busco, nessa comunicação, apresentar a conformação de arenas plurais, chamando atenção para as concepções de cidadania e de direitos, bem como para as noções de público elaboradas nos contextos estudados.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

